

Ministério Público

São Paulo

Concurso 82

Prova Preambular (1º Fase)

Aplicada em 08.04.2001

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

01. Apenas um dos enunciados corresponde a uma das matérias de competência do Supremo Tribunal Federal. Indique-o.

(A) Processar e julgar os habeas corpus decididos em única instância pelos Tribunais Superiores e os mandados de injunção decididos em única instância pelos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, se concessiva a decisão.

(B) Processar e julgar o Presidente da República e os Governadores dos Estados e do Distrito Federal nos crimes comuns.

(C) Processar as causas e os conflitos entre a União e os Estados e os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

(D) Processar e julgar o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

(E) Processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual e ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.

02. Assinale o enunciado correto a respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito.

(A) Podem, após concluídos os seus trabalhos, propor ação penal contra o investigado, por meio do oferecimento de denúncia ao Poder Judiciário.

(B) Um representante do Ministério Público, obrigatoriamente, deverá participar de todas as suas sessões, diligências e audiências.

(C) Possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e objetivam a apuração de fatos indeterminados, atribuídos aos investigados.

(D) Podem ser criadas pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou pelo Tribunal de Contas da União.

(E) Possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e podem encaminhar suas conclusões ao Ministério Público para a promoção da responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

03. A respeito do controle de constitucionalidade por via de exceção, também chamada via de defesa, é correto dizer que a declaração

- (A) atinge a lei em tese e opera seus efeitos em relação a terceiros.
- (B) atinge a lei em tese e opera seus efeitos apenas entre as partes.
- (C) não atinge a lei em tese e opera seus efeitos apenas entre as partes.
- (D) constitui o objeto principal da ação proposta.
- (E) só pode ser proferida nas ações em que o Estado figure como parte.

04. Aponte o enunciado em que as duas afirmações a respeito do processo legislativo estão incorretas.

- (A) É vedada proposta de emenda que vise abolir a separação dos poderes e aquela que objetive modificar o número de membros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A emenda constitucional não poderá ser aprovada na vigência de estado de sítio, intervenção federal ou de estado de defesa e será aprovada por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em cada um dos dois turnos de discussão e votação.
- (C) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como as que fixem ou modifiquem os efetivos das forças armadas.
- (D) Nas leis delegadas, o Presidente da República solicitará a delegação ao Congresso Nacional, que a dará na forma de resolução, especificando o seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- (E) A medida provisória deverá ser convertida em lei no prazo de sessenta dias, caso contrário perderá sua eficácia e seus efeitos terão validade garantida durante o período em que vigorou.

05. As alternativas abaixo contêm impropriedades a respeito do Ministério Público, com exceção de uma que está absolutamente correta. Aponte-a.

- (A) Os Procuradores Gerais de Justiça dos Estados serão nomeados pelo Governador, para um mandato de três anos, e o Procurador Geral da República poderá ser destituído pelo Presidente da República, após autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (B) Os membros do Ministério Público adquirem a garantia da vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo a não ser após regular processo administrativo, no qual lhes seja garantida ampla defesa.
- (C) Os membros do Ministério Público não poderão exercer outra função pública, salvo se estiverem em disponibilidade.
- (D) O Ministério Público possui autonomia funcional e administrativa e é regido pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- (E) Os membros do Ministério Público são inamovíveis, salvo por interesse público, a critério do Procurador Geral da República ou dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados.

06. Assinale o enunciado que não está em consonância com um dos incisos do artigo 5o, da Constituição Federal.

- (A) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária.

- (B) Não intentada ação penal pública dentro do prazo legal, será admitida ação penal privada.
- (C) É permitido reunir-se pacificamente, sem armas, em lugar aberto ao público, independente de prévio aviso à autoridade competente, desde que não se frustre outra reunião anteriormente convocada.
- (D) O estrangeiro não será extraditado em razão da prática de crime político ou de opinião.
- (E) Não haverá identificação criminal daquele que já possuir identificação civil, salvo nas hipóteses previstas em lei.

07. A seguridade social é organizada pelo Poder Público com base, dentre outros, em um dos objetivos abaixo. Indique-o.

- (A) Uniformidade da base de financiamento.
- (B) Diversidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) Redutibilidade do valor de benefício.
- (D) Caráter democrático e centralizado da administração, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo.
- (E) Universalidade da cobertura e do atendimento.

08. Assinale a alternativa em que há correlação correta entre os enunciados referentes às limitações ao poder de tributar por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os princípios constitucionais tributários.

- (A) É vedado utilizar tributo com efeito de confisco: princípio da isonomia.
- (B) É vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça: princípio da capacidade contributiva.
- (C) É vedado cobrar tributo no mesmo exercício financeiro no qual foi publicada a lei que o instituiu ou o aumentou: princípio da anterioridade.
- (D) É vedado instituir imposto sobre templos de qualquer culto: princípio da legalidade.
- (E) É vedado instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel para a sua impressão: princípio da cumulatividade.

09. Segundo os princípios constitucionais da administração pública, é certo afirmar-se que

- (A) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, improrrogáveis.
- (B) a investidura em cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, depende, sempre, de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (C) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade de excepcional interesse público.
- (D) a proibição de acumular cargos públicos remunerados não abrange as sociedades de economia mista, as fundações e as empresas públicas.
- (E) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo podem ser superiores aos do Poder Executivo, mas não podem exceder aqueles do Poder Judiciário.

10. Leia as afirmações a seguir, a respeito dos atos administrativos.

- I. A desapropriação é um ato de império.
- II. Os atos ordinatórios disciplinam o funcionamento da administração e a conduta funcional de seus agentes.
- III. Nos atos vinculados, o administrador está sujeito aos termos da lei, apenas quanto à

finalidade do ato.

IV. Nos atos de gestão, a administração usa soberania e exerce seu poder de coerção. Pode-se dizer que

- (A) apenas as afirmações I e II estão corretas.
- (B) apenas as afirmações II e IV estão corretas.
- (C) apenas a afirmação I está correta.
- (D) apenas a afirmação III está correta.
- (E) todas as afirmações estão incorretas.

11. Declarada a inconstitucionalidade de uma lei, o Supremo Tribunal Federal enviá-la-á ao Senado Federal para

- (A) encaminhar a decisão à Câmara dos Deputados, para a sua apreciação.
- (B) confirmar ou modificar a decisão do Supremo Tribunal Federal, por voto da maioria absoluta de seus membros.
- (C) corrigir a lei, na parte referente à inconstitucionalidade.
- (D) suspender integralmente a execução da lei, sendo vedada a sua suspensão parcial.
- (E) suspender a execução da lei, no todo ou em parte.

12. A Constituição Federal não atribui ao Ministério Público a função institucional de

- (A) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (B) representar judicialmente entidades públicas.
- (C) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- (D) exercer o controle externo da atividade policial.
- (E) exercer funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade.

13. As entidades parastatais diferenciam-se das entidades autárquicas, pois

- (A) as parastatais são criadas por lei específica e as autarquias independem de lei.
- (B) as parastatais possuem patrimônio próprio, ao contrário das autarquias, que não o possuem.
- (C) as parastatais não são sujeitas à licitação para compras, serviços, obras e alienação de seus bens, mas as autarquias se submetem aos processos licitatórios.
- (D) as parastatais exercem funções públicas típicas, ao passo que as autarquias exercem funções públicas atípicas.
- (E) as parastatais dependem do registro de seu estatuto para adquirir personalidade, ao contrário da autarquia, que adquire personalidade com a lei que a institui.

14. A lei da improbidade administrativa contém apenas uma das disposições abaixo. Indique-a.

- (A) A autoridade administrativa poderá decretar o seqüestro dos bens do agente que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.
- (B) O seqüestro dos bens só poderá ser decretado no curso de procedimento administrativo.
- (C) A ação principal será proposta dentro do prazo de 60 dias pelo Ministério Público, único legitimado para tanto.
- (D) A sentença que julgar a ação civil procedente determinará que o réu repare o dano causado, efetuando o pagamento respectivo, ou decretará a reversão dos bens, em favor de pessoa jurídica prejudicada.

(E) O Ministério Público poderá desistir da ação, se houver acordo, transação ou conciliação.

15. Assinale a alternativa cujo enunciado contraria norma constitucional a respeito de fianças públicas ou sobre o sistema tributário nacional.

(A) A União poderá, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios, sendo que a aplicação dos recursos deles provenientes será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

(B) A União não poderá instituir isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(C) O Banco Central poderá conceder empréstimos ao Tesouro Nacional, nos casos previstos em lei.

(D) Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal não poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência e destino.

(E) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

16. A respeito de licitação, o único enunciado correto é:

(A) pode haver dispensa de licitação para a contratação de instituição estrangeira de pesquisa, desde que tenha reconhecida reputação ética e profissional.

(B) sendo obrigatória a licitação, o administrador poderá, livremente, escolher a sua modalidade.

(C) a anulação da licitação produz efeitos ex tunc e pode ser decretada pelo Poder Judiciário, em face de sua ilegalidade ou de ilegalidade de seu julgamento.

(D) a revogação da licitação produz efeitos ex tunc e pode ser decretada pelo Poder Judiciário, por razões de oportunidade e de conveniência.

(E) na modalidade tomada de preço, os interessados são convidados a participar da licitação, por meio de carta-convite.

17. Segundo a teoria do risco administrativo, a administração pode excluir ou atenuar sua responsabilidade, provando:

I. que não houve nexo de causalidade vinculando seu comportamento ao dano;

II. que não houve mau funcionamento ou retardamento do serviço;

III. que o dano ocorreu por culpa exclusiva ou parcial da vítima.

Pode-se afirmar que apenas

(A) os itens I e III estão corretos.

(B) o item I está correto.

(C) o item II está correto.

(D) o item III está correto.

(E) os itens II e III estão corretos.

18. Ato administrativo negocial, discricionário e precário, por meio do qual a administração possibilita ao particular a execução de serviços de interesse coletivo ou o uso especial de bens públicos. Trata-se de

(A) aprovação.

(B) licença.

(C) homologação.

- (D) permissão.
- (E) admissão.

19. Cessão de uso é

- (A) a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão da administração para outra, nas condições estabelecidas e por tempo certo e indeterminado.
- (B) a transferência de uma área pública inaproveitável a um particular proprietário de imóvel confinante, para o aproveitamento conjunto de ambos.
- (C) a transferência de um bem público a um particular, para sua utilização por tempo certo e indeterminado.
- (D) a transferência de um bem público, para resgate de uma dívida.
- (E) a transferência de um bem público, para incentivar construções ou atividades particulares de interesse público.

20. O ato por meio do qual se preenche um cargo público, com a designação de seu titular, é

- (A) lotação.
- (B) preenchimento.
- (C) transferência.
- (D) provimento.
- (E) promoção.

DIREITO PENAL

21. "A", condenado irrecorrivelmente no Brasil por vadiagem (trânsito em julgado da sentença em 01.12.96 e cumprimento da pena em 02.02.97), praticou também no Brasil a contravenção de perturbação do trabalho em 22.12.99. Partindo desses dados, pode-se dizer que

- (A) "A" não é reincidente porque foi anteriormente condenado por contravenção.
- (B) "A" só seria reincidente se a condenação anterior tivesse ocorrido no estrangeiro.
- (C) "A" não é reincidente porque o fato posterior não diz respeito a crime.
- (D) "A" é reincidente, devendo suportar efeitos dessa circunstância agravante.
- (E) pelas datas do trânsito em julgado da sentença, do cumprimento da pena e da nova infração, não cabe, no caso, reconhecer a reincidência.

22. Leia as afirmações que seguem:

I. Para configuração do crime de corrupção passiva, na modalidade solicitar vantagem indevida, é necessário que a solicitação do funcionário público seja correspondida pelo extraneus.

II. No mesmo crime, na aceitação de promessa de vantagem pelo funcionário público, é o particular promitente quem tem a iniciativa, e este comete o crime de corrupção ativa.

Pode-se dizer que

- (A) as duas afirmações se mostram irreais.
- (B) ambas as afirmações se apresentam corretas.
- (C) está errada somente a afirmação I.

- (D) está errada somente a afirmação II.
- (E) a afirmação II é parcialmente correta e a afirmação I é inteiramente certa.

23. Assinale a alternativa falsa.

- (A) O crime impossível é também conhecido como "quase crime".
- (B) Crime falho é o nome que se dá à tentativa perfeita ou acabada.
- (C) Crime exaurido é aquele que, apesar de todos os esforços do agente, não se consuma por sua própria vontade.
- (D) Crime vago é o que tem por sujeito passivo entidade sem personalidade jurídica.
- (E) Crime pluriofensivo é o que lesa ou expõe a perigo de dano mais de um bem jurídico.

24. Numa das alternativas seguintes, se insere a asserção correta. Aponte-a.

- (A) Em matéria criminal, a culpa recíproca não produz efeitos quanto à fixação da pena.
- (B) Em tema de circunstâncias agravantes, ao referir-se a "velho", o Código Penal estabelece o limite cronológico.
- (C) O autor de estupro qualificado pode ser beneficiado com indulto.
- (D) A contravenção de perturbação da tranqüilidade exige o requisito típico "lugar público".
- (E) A lei que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente possibilita a responsabilização penal da pessoa jurídica.

25. "A" induziu a gestante "B" a provocar aborto em si mesma, e ela o provocou. Em outra hipótese, "C" executou aborto em "D", gestante, com o seu consentimento. Proceder dizer que

- (A) não há concurso de pessoas nos dois casos.
- (B) no primeiro caso, "A" é partícipe de "B" no crime de auto-aborto e, no segundo, "C" é autor de outro crime, ou seja, o de provocação de aborto com o consentimento da gestante.
- (C) no segundo caso, "C" responde pelo crime de auto-aborto.
- (D) no primeiro caso, "B" responde por outro crime que não o de auto-aborto, e, no segundo, "C" responde por outro crime que não o de provocação de aborto com o consentimento da gestante.
- (E) no segundo caso, só "D" poderá ser responsabilizada por crime.

26. Aponte a afirmativa correta.

- (A) No crime continuado, o prazo decadencial deve ser considerado em relação a cada delito que, para isso, deve ser apreciado isoladamente.
- (B) Sursis humanitário é o etário.
- (C) No que se refere à reabilitação, a lei faz distinção entre o condenado reincidente e o não reincidente, quanto ao prazo indispensável para a concessão do benefício.
- (D) A anistia opera ex nunc.
- (E) Em caso de rapto mediante fraude, o casamento da vítima com terceiro extingue a punibilidade do autor do crime se este apresentar prova do matrimônio no prazo de sessenta dias a contar da sua celebração.

27. Indique a alternativa falsa.

- (A) Não mais vigora o sistema do duplo binário, no que diz respeito às medidas de segurança.
- (B) A falsificação de testamento ológrafo configura o crime de falsificação de documento particular.
- (C) O Código Penal prevê uma possibilidade de regime fechado a condenado a pena de detenção.
- (D) O dispositivo do Código Penal que cuida do arrependimento posterior, é causa obrigatória de diminuição de pena.
- (E) Não se há de falar em arrependimento eficaz se ocorreu consumação.

28. Na extorsão mediante seqüestro, pode ser aplicada redução de pena em razão do que doutrinariamente se denomina "delação premiada", somente quando

- (A) o crime é cometido por quadrilha ou bando e, ainda que se diga inocente e noticie que não sabe onde está o seqüestrado, o concorrente denuncia o fato à autoridade.
- (B) o crime é cometido por uma só pessoa e ela se entrega à autoridade e indica onde está o seqüestrado.
- (C) o crime é cometido por pelo menos quatro pessoas, e uma delas delata o concorrente à autoridade.
- (D) o crime é cometido em concurso e o concorrente denuncia-o à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado.
- (E) o crime é cometido por quadrilha ou bando e, ainda que informe ignorar o local onde se acha o seqüestrado, um dos agentes (só o co-autor e não o partícipe) delata os demais.

29. Marque a alternativa em que se insere a afirmação verdadeira.

- (A) No crime permanente, a consumação prolonga-se no tempo e, assim, o agente não pode fazer cessar a atividade delituosa.
- (B) Só no Código Penal estão as causas de suspensão do curso do prazo da prescrição.
- (C) Indivíduo que constrange a vítima a assistir a ato de libidinagem executado por terceiros, sem a intervenção material daquela, comete o crime de atentado violento ao pudor.
- (D) O excesso de velocidade de veículo automotor (velocidade incompatível), em alguns casos, constitui crime.
- (E) Responde por crime qualificado quem porta arma de fogo de uso permitido, sem a autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, e possui processo em andamento por crime contra a pessoa, contra o patrimônio ou por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

30. Leia atentamente os enunciados abaixo.

I. Admite-se a exceção da verdade na difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

II. É admitido perdão judicial em caso de difamação.

III. Na difamação e na calúnia há ofensa à honra subjetiva e, na injúria, à honra objetiva.

IV. Não se possibilita arguição de exceção da verdade na hipótese de injúria.

V. A lei prevê que é punível a difamação da memória dos mortos.

Tendo em conta o que estabelece o Código Penal, pode-se afirmar que

- (A) os enunciados I e IV são incorretos.
- (B) somente os enunciados II e V são corretos.
- (C) somente o enunciado III é correto.

- (D) todos os enunciados são corretos.
- (E) os enunciados II, III e V são incorretos.

31. Assinale a alternativa incorreta.

- (A) As leis temporárias e excepcionais não se aplicam a fatos ocorridos antes de sua vigência, não se derogando o princípio da reserva legal.
- (B) Nos crimes instantâneos de efeitos permanentes, consumada a infração em dado momento, seus efeitos permanecem independentemente da vontade do sujeito ativo.
- (C) Excluído, pela reabilitação, o efeito da condenação consistente em perda do cargo, o funcionário público deverá ser reconduzido ao mesmo cargo de que fora demitido.
- (D) Ocorre tentativa branca quando o objeto material não sofre lesão.
- (E) Na Lei de Abuso de Autoridade são descritos crimes próprios e, apesar disso, pode-se admitir participação de terceiro que não exerça "autoridade".

32. "A" cometeu três roubos simples, em concurso formal perfeito, e, quanto à privativa de liberdade, o Juiz aplicou-lhe pena-base no mínimo, com aumento de 1/5, em razão do concurso referido. Além disso, impôs-lhe trinta dias-multa. Tendo em conta tais dados, pode-se dizer que

- (A) a pecuniária aplicada é excessiva, pois deveria ter seguido o critério utilizado para dosar a pena privativa de liberdade.
- (B) a multa foi aplicada com acerto, obedecendo não ao sistema de exasperação destinado pela legislação às penas privativas de liberdade, mas a outro dispositivo do Código Penal.
- (C) Não está totalmente errado o quantum de multa, pois o crime é grave.
- (D) A quantidade de multa imposta contrariou o disposto no Código Penal.
- (E) A multa deveria ter sido exasperada na proporção de um sexto até metade.

33. "A", adotado por "B", subtraiu, para si, coisa móvel a este pertencente. Com relação a imunidade penal absoluta, é correto afirmar que

- (A) não se pode cogitar de isenção de pena.
- (B) à vista do parentesco existente entre os sujeitos ativo e passivo, poder-se-á cogitar de isenção de pena só se a vítima não tiver outros filhos.
- (C) só poderia haver isenção de pena se existisse laço de consangüinidade entre "A" e "B".
- (D) cabe reconhecer a imunidade absoluta porque o parentesco é natural.
- (E) admite-se isenção de pena no caso, diante de parentesco civil.

34. Assinale a alternativa falsa.

- (A) A pena de cinco meses de detenção pode ser substituída por prestação de serviços à comunidade, mas não por multa.
- (B) Em sede penal, entrando em vigor lex gravior, esta não alcança fato praticado anteriormente.
- (C) Na hipótese de conatus, a prescrição antes de transitar em julgado a sentença final começa a correr do dia em que cessou a atividade criminosa.
- (D) Na ameaça, o sujeito ativo pretende apenas atemorizar o sujeito passivo, e no constrangimento ilegal, aquele pretende conduta positiva ou negativa da vítima.
- (E) Para que se dê a extinção de punibilidade em caso de sonegação fiscal, o agente deverá promover o pagamento não só do tributo, mas também dos acessórios, antes do recebimento da denúncia.

35. Multa vicariante é a
(A) só imposta a infração administrativa.
(B) de valor irrisório.
(C) substitutiva.
(D) cumulativa à pena privativa de liberdade.
(E) aplicada como sanção principal cominada abstratamente como sanção específica a um tipo penal.

36. "A" entrou em uma loja e enquanto o amigo que o acompanhava distraía a vítima (proprietária do estabelecimento), "A" foi embora do local, com vestimenta que não lhe pertencia, não mais retornando. "A" cometeu o crime de
(A) furto qualificado por fraude.
(B) estelionato.
(C) furto qualificado por destreza.
(D) furto qualificado por abuso de confiança.
(E) furto de uso.

37. Aponte o enunciado falso.
(A) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de dia e, quanto à multa, também se desprezam frações.
(B) É possível falar-se em estado de necessidade recíproco e impossível dizer-se de legítima defesa recíproca.
(C) Pode-se dizer que a condenação irrecorrível do sentenciado a pena privativa de liberdade ou a pena restritiva de direitos, por crime culposo ou contravenção, durante o período de prova, é causa de revogação obrigatória do sursis.
(D) É exemplificativo o rol de causas de extinção de punibilidade, constante do Código Penal.
(E) Quanto ao lugar do crime, no Brasil foi adotada a teoria da ubiqüidade.

38. O percentual do acréscimo de pena em razão do crime continuado é fixado tendo-se em vista
(A) o iter criminis percorrido.
(B) o número de infrações cometidas.
(C) a capacidade econômica das vítimas.
(D) o montante do prejuízo.
(E) a gravidade das infrações.

39. Aponte a alternativa correta.
(A) Interposto recurso extraordinário, não mais se pode cogitar de perdão do ofendido.
(B) Comutação é o nome que recebe o indulto individual total.
(C) A negligência do querelante na ação subsidiária causa perempção.
(D) Admite-se retratação no crime de falsa perícia.
(E) Nos crimes permanentes, o reconhecimento da prescrição não é condicionado à cessação da permanência.

40. O condutor de veículo automotor que na direção do mesmo causa lesão corporal culposa ou homicídio culposos e deixa de prestar socorro à vítima do acidente quando possível fazê-lo sem risco pessoal, responde por lesão corporal culposa ou homicídio culposos, crimes previstos
- (A) no Código de Trânsito Brasileiro, em concurso com a omissão de socorro prevista no Código Penal.
 - (B) no Código de Trânsito Brasileiro, ficando absorvida a omissão de socorro.
 - (C) no Código de Trânsito Brasileiro, em concurso com a omissão de socorro prevista no mesmo Código.
 - (D) no Código de Trânsito Brasileiro, com pena agravada.
 - (E) no Código Penal, em concurso com a omissão de socorro prevista no Código de Trânsito Brasileiro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. A denúncia é
- (A) prova material.
 - (B) prova documental.
 - (C) fonte de prova.
 - (D) meio de prova.
 - (E) prova instrumental.
42. É incorreto afirmar que a jurisdição penal
- (A) é um poder.
 - (B) é uma atividade.
 - (C) é uma função.
 - (D) é exercida exclusivamente pelo Poder Judiciário.
 - (E) possui caráter substitutivo.
43. A suspensão condicional do processo, prevista no artigo 89 da Lei no 9.099/95,
- (A) pode ocorrer antes do oferecimento da denúncia.
 - (B) prescinde de manifestação do Defensor do acusado acerca de sua aceitação ou não.
 - (C) pode ocorrer antes do recebimento da denúncia.
 - (D) é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial.
 - (E) é cabível nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidos ou não por essa Lei.
44. O prazo para alegações finais (artigo 500 do Código de Processo Penal) é de
- (A) 5 (cinco) dias.
 - (B) 10 (dez) dias.
 - (C) 3 (três) dias.
 - (D) 2 (dois) dias.
 - (E) 15 (quinze) dias.

45. O inquérito policial não poderá ser arquivado se
- (A) o fato for atípico.
 - (B) houver coisa julgada.
 - (C) extinta a punibilidade do agente.
 - (D) existirem apenas provas razoáveis acerca da autoria e da materialidade do fato típico penal.
 - (E) a autoria for desconhecida.
46. Em se tratando de crime de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, poderá o Estado, em algum momento, deter a titularidade do direito de ação, com exclusão do ofendido ou de seu representante legal?
- (A) Sim, no caso de negligência do querelante.
 - (B) Sim, se o querelante desistir da ação.
 - (C) Não, porque possuindo o ofendido ou seu representante legal (e, se for o caso, as pessoas indicadas no artigo 31 do Código de Processo Penal) legitimidade ad causam ativa ordinária, não podem ser substituídos no processo pelo Estado.
 - (D) Sim, na execução penal, que é jurisdicionalizada, pois a atuação do querelante, a quem o Estado transferiu apenas o jus persecuendi in judicio, cessa no âmbito da jurisdição penal, com o trânsito em julgado da sentença que impôs a sanção penal ao réu.
 - (E) Não, nem mesmo na execução penal, que é de caráter tipicamente administrativo, pois a legitimidade ad causam ativa extraordinária do ofendido ou de seu representante legal (e, se for o caso, das pessoas indicadas no artigo 31 do Código de Processo Penal) estende-se até ela.
47. O réu interpôs, tempestivamente, por termo nos autos, apelação contra a sentença que o condenou por crime de furto qualificado. As razões do inconformismo foram apresentadas pelo seu Advogado após o prazo do artigo 600 do Código de Processo Penal. Será caso de
- (A) conhecimento da apelação pelo Tribunal, pois a apresentação das razões fora do prazo constitui mera irregularidade.
 - (B) não conhecimento da apelação pelo Tribunal, por intempestividade.
 - (C) não recebimento da apelação pelo Juízo a quo.
 - (D) não conhecimento da apelação pelo Tribunal, por deserção.
 - (E) conhecimento da apelação pelo Tribunal, devendo ser, entretanto, as razões desentranhadas dos autos.
48. Da decisão que rejeitar a denúncia oferecida nos termos do artigo 77 da Lei no 9.099/95, caberá
- (A) apelação, no prazo de dez dias.
 - (B) apelação, no prazo de cinco dias.
 - (C) recurso em sentido estrito, no prazo de quinze dias.
 - (D) recurso em sentido estrito, no prazo de cinco dias.
 - (E) correição parcial.

49. O Juiz

- (A) é sujeito interessado do processo.
- (B) é sujeito imparcial do processo.
- (C) não é sujeito do processo.
- (D) não pode ouvir testemunhas não indicadas pelas partes.
- (E) não pode expedir de ofício ordem de habeas corpus.

50. A revisão criminal

- (A) é cabível pro societate.
- (B) não pode ser requerida após extinta a pena.
- (C) tem como pressuposto a existência de sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) só será admitida com o recolhimento do réu à prisão.
- (E) não é cabível contra decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri.

51. Acolhendo recurso de ofício do Juiz que absolveu sumariamente o réu da acusação de tentativa de homicídio, o Tribunal pronunciou-o. Após, no prazo para o oferecimento do libelo, o Promotor de Justiça que havia opinado pela absolvição do réu e que exerce na comarca atribuições plenas, não o elaborou, sob o argumento de salvaguarda de sua convicção jurídica, com a invocação do princípio da independência funcional. Esse posicionamento do Promotor de Justiça

- (A) está incorreto, porque inexistente o princípio da independência funcional, incorrendo, assim, na multa prevista no artigo 419 do Código de Processo Penal, por violação de dever funcional.
- (B) está correto, devendo passar a officiar no processo o Promotor de Justiça substituto legal.
- (C) está incorreto, pois a aplicação do princípio da independência funcional somente pode incidir na hipótese do artigo 28 do Código de Processo Penal, antes do oferecimento da denúncia.
- (D) está correto, pois, ao ter opinado pela absolvição sumária do réu, isso importou em desistência da ação penal, não sendo obrigado a prosseguir nos seus atos.
- (E) está incorreto, pois não poderia opinar pela absolvição do réu.

52. O prazo máximo da prisão temporária é de

- (A) 15 dias, improrrogável.
- (B) 30 dias, improrrogável.
- (C) 30 dias, prorrogável por igual período, em se tratando de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo; e de 5 dias, nos demais crimes em que cabível, prorrogável por igual período.
- (D) 30 dias, prorrogável por igual período, em se tratando de crimes hediondos, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo; e de 15 dias, nos demais crimes em que cabível, prorrogável por igual período.
- (E) 10 dias, prorrogável por igual período.

53. Dois inquéritos policiais que apuraram o mesmo crime e autoria foram encaminhados ao foro competente, junto ao qual nenhuma medida a eles relacionada havia sido anteriormente tomada, sendo ali distribuídos para Varas diversas, igualmente competentes. A competência será determinada pela

- (A) precedência da distribuição dos inquéritos policiais.
- (B) precedência da instauração dos inquéritos policiais.
- (C) precedência do relatório final dos inquéritos policiais.
- (D) conexão.
- (E) continência.

54. Em processo por crime relacionado com entorpecente, a alegação do acusado, no interrogatório judicial, de dependência toxicológica,

- (A) obriga, por si só, à realização do exame de dependência toxicológica.
- (B) basta, por si só, para comprovar a dependência toxicológica.
- (C) não obriga, por si só, à realização de exame de dependência toxicológica, para o que será necessária a existência, nos autos, de dados que autorizem dúvida acerca da sua imputabilidade e dependência.
- (D) obriga à imediata nomeação de curador.
- (E) obriga à imediata suspensão do processo.

55. Se o acusado, citado por edital, não comparece em Juízo e não constitui Advogado,

- (A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, tendo prosseguimento com o seu comparecimento.
- (B) deverá ser nomeado a ele Defensor, prosseguindo-se o processo normalmente.
- (C) ficará suspenso o processo pelo prazo máximo, estabelecido pelo Juiz, de cinco anos.
- (D) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional pelo prazo máximo de cinco anos, estabelecido pelo Juiz.
- (E) ficará suspenso o processo, mas não o curso do prazo prescricional.

56. É possível a fiança

- (A) em caso de prisão preventiva.
- (B) em caso de prisão administrativa por mandado de Juiz do cível.
- (C) nos crimes hediondos.
- (D) nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada é de quatro anos.
- (E) após sentença condenatória não transitada em julgado.

57. Nas infrações penais que deixam vestígios, o exame de corpo de delito, de acordo com o Código de Processo Penal,

- (A) é dispensável.
- (B) pode ser suprido pela confissão do autor do fato.
- (C) nunca poderá ser indireto.
- (D) é indispensável, ressalvada a hipótese de impossibilidade de sua realização por haverem desaparecido os vestígios, quando a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- (E) deverá ser renovado em Juízo, se realizado na fase inquisitória.

58. A ação penal pública condicionada é promovida por meio de
- (A) denúncia do Ministério Público.
 - (B) representação do ofendido ou de seu representante legal.
 - (C) requisição do Ministro da Justiça.
 - (D) representação do ofendido ou de seu representante legal e requisição do Ministro da Justiça.
 - (E) requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

59. A falta de defesa prévia
- (A) é, por si só, causa de nulidade absoluta, por ser este elemento essencial do processo.
 - (B) é, por si só, causa de nulidade relativa, por ser este elemento essencial do processo.
 - (C) não causa nulidade, desde que tenha sido facultada à Defesa a sua apresentação.
 - (D) constitui irregularidade, sanável com a devolução do prazo à Defesa.
 - (E) é irregular, pois a Defesa é obrigada a apresentá-la.

60. É competente para a aplicação de lei penal nova mais benigna ao réu, quando já houver sentença transitada em julgado,
- (A) o Juízo das Execuções.
 - (B) o Tribunal, em revisão criminal.
 - (C) o Tribunal, em apelação.
 - (D) o Juízo do domicílio do réu.
 - (E) o Juízo ao qual for distribuído o pedido respectivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

61. Na ação monitória, em sendo deferida a inicial, determinando o Juiz a expedição de mandado de pagamento ou de entrega da coisa, essa decisão
- (A) comporta impugnação através do recurso de apelação recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.
 - (B) comporta impugnação através do recurso de apelação recebida somente no efeito devolutivo.
 - (C) comporta impugnação através do recurso de agravo de instrumento.
 - (D) comporta impugnação através do recurso de agravo retido.
 - (E) é irrecorrível.

62. O foro competente para a ação de separação conjugal será
- (A) o do domicílio do casal.
 - (B) o da residência da mulher.
 - (C) o da residência do réu.
 - (D) o do domicílio do marido.
 - (E) o da residência do marido.

63. Paulo adquiriu de Júlio um imóvel através de escritura pública, devidamente registrada. Na escritura em questão foi transferida ao adquirente, pela cláusula constituti, a posse do imóvel. Entretanto, o vendedor recusa-se a fazer a entrega do imóvel ao adquirente. Este, para obter a posse do imóvel, deverá entrar em Juízo com a ação de

- (A) manutenção de posse.
- (B) interdito proibitório.
- (C) reintegração de posse.
- (D) reivindicatória.
- (E) imissão de posse.

64. Os atos praticados em fraude de execução são

- (A) nulos de pleno direito, podendo a nulidade ser decretada de ofício.
- (B) anuláveis, cabendo ao credor requerer a anulação dos mesmos perante o Juízo da execução.
- (C) inexistentes, já que pela penhora o executor perde o jus proprietatis do bem submetido à constrição judicial.
- (D) ineficazes em relação ao exeqüente, ainda que permaneça hígido em relação às partes contratantes.
- (E) anuláveis através do manejo da ação pauliana pelo interessado.

65. Os embargos infringentes devem ser endereçados

- (A) ao Presidente do Tribunal, que os encaminhará à Câmara competente para o seu processamento.
- (B) ao Presidente da Câmara na qual foi proferido o acórdão embargado.
- (C) ao relator do acórdão embargado, que é o competente para decidir a respeito de sua admissibilidade.
- (D) ao magistrado que proferiu o voto vencido, que dá embasamento aos embargos infringentes.
- (E) ao novo relator, que determinará a abertura de vista ao embargo para a impugnação.

66. O devedor oferecerá os embargos no prazo de 10 (dez) dias,

- (A) contados da juntada aos autos do mandado cumprido.
- (B) contados da juntada aos autos da carta precatória devidamente cumprida.
- (C) contados da intimação da penhora, mesmo no caso de precatória.
- (D) mas na hipótese de vários devedores com advogados diferentes aplica-se o disposto no artigo 191, do C.P.C.
- (E) a partir da juntada do respectivo mandado, se houver citação com hora certa.

67. Assinale a alternativa correta.

- (A) A coisa julgada material atinge toda a sentença.
- (B) Somente a parte dispositiva da sentença é alcançada pela coisa julgada material.
- (C) A fundamentação, requisito essencial, por sua relevância à determinação do dispositivo da sentença, também se recobre da qualidade da res judicata.
- (D) A qualidade da coisa julgada alcança todas as questões prejudiciais decididas incidentalmente no processo.
- (E) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

68. O prazo para o réu responder aos termos da ação rescisória é de

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 15 (quinze) a 30 (trinta) dias, conforme assinado pelo relator.

69. São elementos de uma ação:

- (A) as partes, o pedido e a causa de pedir.
- (B) a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a qualidade para agir.
- (C) as partes, a causa de pedir e o interesse de agir.
- (D) a possibilidade jurídica do pedido, a causa de pedir e a qualidade para agir.
- (E) as partes, a causa de pedir e a qualidade para agir.

70. Em uma ação de divórcio, o falecimento de uma das partes acarretará

- (A) extinção do processo, sem julgamento do mérito.
- (B) improcedência da ação, por ausência de interesse processual.
- (C) suspensão do processo, para habilitação dos herdeiros interessados.
- (D) carência, por falta de uma das condições da ação.
- (E) indeferimento da inicial por causa superveniente.

71. Em sede de desistência do recurso,

- (A) o recorrente somente poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido.
- (B) o recorrente somente poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e homologação judicial.
- (C) o recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, independentemente de anuência do recorrido.
- (D) os efeitos da desistência somente ocorrerão após a homologação judicial.
- (E) a homologação da desistência é necessária para pôr fim ao procedimento recursal.

72. Decisão de primeiro grau deixou de declarar extinto o processo, por falta de condições da ação (carência).

Assinale a opção correta.

- (A) A sentença de mérito proferida em primeira instância impede que o Tribunal venha a conhecer da matéria em sede de apelação.
- (B) Não ocorre preclusão no caso e a matéria pode ser conhecida em segundo grau, por ocasião do julgamento da apelação interposta, ainda que não haja provocação.
- (C) Não havendo recurso da decisão, opera-se a coisa julgada.
- (D) Mantida a decisão monocrática no julgamento do agravo interposto, com trânsito em julgado, o Tribunal não poderá conhecer da matéria no julgamento da apelação.
- (E) O Tribunal poderá conhecer da matéria, se ventilada na apelação.

73. A intervenção do Ministério Público, no incidente de uniformização da jurisprudência, é
(A) facultativa, a critério do Ministério Público quando vislumbra interesse público na causa.
(B) obrigatória, em todos os casos.
(C) obrigatória, somente quando o Ministério Público suscitar o incidente.
(D) obrigatória, se houver interesse de incapaz na causa.
(E) desnecessária, já que a iniciativa do incidente é uma faculdade do Juiz.

74. São casos de intervenção de terceiros, provocada
(A) a oposição, a denunciação da lide e o chamamento do processo.
(B) a denunciação da lide, a assistência simples e litisconsorcial e o chamamento do processo.
(C) a nomeação à autoria, a oposição e a denunciação da lide.
(D) a denunciação da lide, a nomeação à autoria e o chamamento ao processo.
(E) a assistência, a oposição e o recurso de terceiro prejudicado.

75. Com a alienação da coisa ou do direito litigioso, o adquirente
(A) deverá substituir o alienante no processo, já que ninguém pode pleitear em nome próprio direito alheio.
(B) não poderá substituir o alienante no processo, para que seja preservada a estabilidade da relação processual.
(C) somente poderá ingressar em Juízo se houver consentimento da parte contrária.
(D) só poderá intervir no processo na qualidade de assistente litisconsorcial.
(E) deverá ser nomeado à autoria pelo alienante.

76. Deferida a presença do perito e assistentes na audiência de instrução e julgamento, para esclarecimentos, perito e assistentes
(A) serão ouvidos, antes da oitiva das testemunhas, podendo ser livremente inquiridos pelas partes.
(B) serão ouvidos na audiência, após os depoimentos pessoais, podendo ser livremente inquiridos pelas partes.
(C) poderão ser dispensados de prestar esclarecimentos pelo Juiz presidente, se este, após a produção da prova oral, tiver formado sua convicção pessoal a respeito das provas.
(D) serão ouvidos na audiência, antes dos depoimentos pessoais e responderão aos quesitos de esclarecimentos formulados pelas partes.
(E) serão ouvidos na audiência, após os depoimentos pessoais, podendo ser inquiridos, inclusive, sobre novos quesitos formulados pelas partes.

77. A sentença que julga improcedente a demanda é
(A) mandamental.
(B) constitutiva.
(C) condenatória.
(D) declaratória negativa.
(E) constitutiva negativa.

78. A situação de compradores que adquiriram produtos com o mesmo defeito de série refere-se a interesses definidos como

- (A) coletivos.
- (B) individuais homogêneos.
- (C) difusos.
- (D) públicos.
- (E) metaindividuais divisíveis.

79. A sentença que compele o Poder Público a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação, distribuição ou venda de produto possui natureza

- (A) cominatória.
- (B) desconstitutiva.
- (C) condenatória.
- (D) injuncional.
- (E) declaratória.

80. Assinale a alternativa correta.

- (A) Qualquer dos co-legitimados à ação civil pública, através de seus organismos administrativos, pode instaurar o inquérito civil.
- (B) O inquérito civil é indispensável à propositura da ação civil pública.
- (C) O inquérito civil só pode ser instaurado e presidido por membro do Ministério Público.
- (D) O inquérito civil deverá obedecer ao princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado.
- (E) O arquivamento do inquérito civil instaurado pelo Ministério Público impede que os co-legitimados possam propor ação civil pública sobre a questão ventilada.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

81. Assinale a alternativa em que estão elencadas apenas medidas que podem ser aplicadas na hipótese de ato infracional praticado por criança.

- (A) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; advertência.
- (B) Entrega aos pais mediante termo de responsabilidade; advertência; prestação de serviços à comunidade.
- (C) Entrega aos pais mediante termo de responsabilidade; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; abrigo em entidade.
- (D) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida.
- (E) Entrega aos pais mediante termo de responsabilidade; obrigação de reparar o dano; colocação em família substituta.

82. Dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente que os integrantes de Conselho Tutelar, além de reconhecida integridade moral,

- (A) devem ser brasileiros natos, maiores de 21 (vinte e um) anos, residir no município, podem ser remunerados e são demissíveis ad nutum.
- (B) devem ser maiores de 21 (vinte e um) anos ou emancipados, residir no município, têm mandato certo e não podem ser remunerados.
- (C) devem ter idade superior a 21 (vinte e um) anos, residir na comarca e são demissíveis ad nutum.
- (D) devem ser maiores de 21 (vinte e um) anos, residir na comarca, têm mandato certo e não podem ser remunerados.
- (E) devem ter idade superior a 21 (vinte e um) anos, residir no município, têm mandato certo e podem ser remunerados.

83. Em relação à adoção de criança ou adolescente, pode-se afirmar que

- (A) é irrevogável.
- (B) o adotante deve ser, pelo menos, 21 (vinte e um) anos mais velho que o adotando.
- (C) a adoção cessa todo e qualquer vínculo com os pais e parentes.
- (D) a adoção não acarreta a atribuição de direitos sucessórios ao adotado.
- (E) a adoção pode ser constituída por escritura pública ou sentença judicial.

84. A remissão concedida pelo Juiz

- (A) pressupõe o reconhecimento da responsabilidade pelo ato infracional.
- (B) importa em suspensão ou extinção do processo, conforme o caso.
- (C) importa em exclusão do processo.
- (D) torna necessário recurso para a revisão da medida sócio-educativa aplicada.
- (E) será levada em conta para efeito de antecedentes.

85. Tratando-se de ato infracional praticado por adolescente, será competente o Juízo da Infância e Juventude

- (A) do domicílio dos pais ou responsável.
- (B) da sede do Conselho Tutelar.
- (C) do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (D) do lugar onde o adolescente estiver internado provisoriamente em virtude de determinação judicial.
- (E) do lugar onde se encontre a criança ou adolescente, na falta de pais ou responsável.

DIREITO CIVIL

86. A Lei de Introdução ao CC, ao dispor que "salvo disposição contrária, a lei passa a vigorar em todo o país 45 dias depois de oficialmente publicada" (artigo 1o, caput), consagra o princípio ou sistema da obrigatoriedade

- (A) progressiva.
- (B) condicional.
- (C) simultânea.
- (D) fracionada.
- (E) temporal.

87. É um bem móvel

- (A) a enfiteuse.
- (B) o penhor agrícola.
- (C) a servidão predial.
- (D) o direito de autor.
- (E) o direito à sucessão aberta.

88. A morte real acarreta a imediata cessação dos direitos e obrigações de que o de cujus era titular, exceto

- (A) a dissolução do vínculo conjugal.
- (B) a extinção do usufruto.
- (C) a dissolução da comunhão universal.
- (D) a sua vontade.
- (E) a extinção do pátrio poder.

89. O de cujus, viúvo, deixou uma casa comprada após a morte da mulher. Faleceu deixando vivos os pais, quatro filhos e dois netos, que são filhos de um filho pré-morto do de cujus. Os netos têm, cada um, direito ao seguinte quinhão sobre o imóvel:

- (A) 1/10 (um décimo).
- (B) 1/6 (um sexto).
- (C) 1/4 (um quarto).
- (D) 1/5 (um quinto).
- (E) 1/8 (um oitavo).

90. A expressão "dôo o meu terreno situado à rua X, no 30, bairro Bela Vista, nesta cidade, à Municipalidade, a fim de que nele seja construído um hospital" encerra uma liberalidade gravada com

- (A) condição resolutiva.
- (B) condição suspensiva.
- (C) termo certo.
- (D) condição potestativa.
- (E) encargo.

91. Marido e mulher, casados no regime da comunhão universal de bens, falecem no mesmo naufrágio. O patrimônio de ambos, a inventariar, é representado por R\$ 120.000,00 em dinheiro. O varão deixa os pais e 2 irmãos. A varoa, 2 irmãos. É reconhecida no inventário a comoriência. A herança deve tocar

- (A) toda para os pais do varão (R\$ 120.000,00).
- (B) metade (R\$ 60.000,00) para os pais do varão, metade (R\$ 60.000,00) para os irmãos da varoa.
- (C) 1/6 (R\$ 20.000,00) para todos, ou seja, para os 4 irmãos dos falecidos e para os pais do varão.
- (D) metade (R\$ 60.000,00) para os irmãos do varão e metade (R\$ 60.000,00) para os irmãos da varoa.
- (E) metade (R\$ 60.000,00) para os pais do varão e a outra metade dividida em $\frac{1}{4}$ para cada um dos irmãos de ambos os falecidos (R\$ 15.000,00).

92. A emancipação do menor dependerá de sentença na hipótese de

- (A) colação de grau científico em curso de ensino superior.
- (B) casamento.
- (C) estar o menor sob tutela.
- (D) concessão pela mãe, se morto o pai.
- (E) concessão pela mãe, se interditado o pai.

93. Assinale a hipótese em que a mulher precisa de autorização do marido.

- (A) Gravar de ônus real os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime de bens.
- (B) Obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição das coisas necessárias à economia doméstica possa exigir.
- (C) Contrair as obrigações concernentes à indústria que exercer com autorização do marido.
- (D) Contrair as obrigações concernentes à profissão que exercer com suprimento do Juiz.
- (E) Comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica.

94. Assinale a hipótese que autoriza a deserção de descendente por seu ascendente.

- (A) Ofensas físicas contra o cônjuge, filhos ou pais do ascendente.
- (B) Autoria de crime culposo contra o ascendente.
- (C) União livre e estável da filha com homem solteiro, separado ou divorciado.
- (D) Injúria grave contra o cônjuge, filhos ou pais do ascendente.
- (E) Relações ilícitas com a madrasta ou o padrasto.

95. Segundo o artigo 225, § 2o, da Lei de Registros Públicos, "consideram-se irregulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior". O enunciado observa o princípio fundamental do registro de imóveis da

- (A) continuidade.
- (B) especialidade.
- (C) legalidade.
- (D) prioridade.
- (E) anterioridade.

DIREITO COMERCIAL

96. Em relação ao cheque, o visto do sacado

- (A) importa no bloqueio da quantia correspondente, na conta do emitente, em benefício do credor.
- (B) exonera o emitente ante a garantia do banco, que se compromete com o pagamento tão logo tenha o numerário correspondente.
- (C) significa a conferência do cheque pelo emitente, que, assim, ratifica eventual rasura.
- (D) obriga o banco até o saldo do emitente.
- (E) vale tão-somente como aceite, exonerando os demais coobrigados.

97. A duplicata comercial é

- (A) reprodução idêntica de um título de crédito extraviado, cuja validade depende do aceite do sacado.
- (B) título de emissão obrigatória em venda mercantil a prazo, salvo se for sacada letra de câmbio.
- (C) título emitido pelo comprador, representando promessa de pagamento de uma venda mercantil.
- (D) título de emissão facultativa pelo vendedor, representando o crédito decorrente de uma venda mercantil.
- (E) título de emissão obrigatória pelo comprador, representando promessa de pagamento de uma venda mercantil.

98. O requerimento de falência

- (A) pode ser formulado apenas por credor domiciliado no Brasil.
- (B) deve ter por base dívida mercantil.
- (C) pode ser formulado por credor de prestação alimentícia.
- (D) pode ser formulado apenas por comerciante, ainda que irregular.
- (E) pode ser formulado tanto por credor comercial como civil.

99. Na falência, o depósito elisivo

- (A) é obrigatório, na hipótese de pedido fundado na impontualidade.
- (B) é obrigatório, qualquer que seja o fundamento do pedido de falência.
- (C) é faculdade do devedor, na hipótese de pedido fundado na impontualidade.
- (D) é exigível do devedor, quando julgadas improcedentes suas alegações.
- (E) é faculdade do devedor, qualquer que seja o fundamento do pedido de falência.

100. A alienação fiduciária em garantia

(A) pode ser empregada no financiamento de qualquer espécie de bem e transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta.

(B) pode ser empregada apenas no financiamento de bem móvel e transfere ao devedor o domínio resolúvel e a posse indireta.

(C) pode ser empregada no financiamento de qualquer espécie de bem e transfere ao devedor o domínio resolúvel e a posse indireta.

(D) pode ser empregada apenas no financiamento de bem móvel e transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta.

(E) pode ser empregada no financiamento de qualquer espécie de bem e o credor torna-se possuidor direto e depositário do bem.

GABARITO

01.D	02.E	03.C	04.E	05.D	06.C	07.E	08.C	09.C	10.A
11.E	12.B	13.E	14.D	15.C	16.C	17.A	18.D	19.A	20.D
21.D	22.C	23.C	24.E	25.B	26.A	27.B	28.D	29.D	30.E
31.C	32.B	33.E	34.A	35.C	36.A	37.C	38.B	39.D	40.D
41.C	42.D	43.E	44.C	45.D	46.D	47.A	48.A	49.B	50.C
51.B	52.C	53.A	54.C	55.A	56.E	57.D	58.A	59.C	60.A
61.E	62.B	63.C	64.D	65.C	66.C	67.B	68.E	69.A	70.A
71.C	72.B	73.B	74.D	75.C	76.D	77.D	78.X	79.D	80.C
81.C	82.E	83.A	84.B	85.C	86.C	87.D	88.D	89.A	90.E
91.B	92.C	93.A	94.E	95.A	96.A	97.D	98.E	99.C	100.D

X – Questão anulada

Prova Escrita (2º Fase)

Aplicada em 06.05.2001

QUESTÕES

- 1 - Defina atos e fatos jurídicos, estabelecendo a diferenciação entre ambos e especificando os elementos constitutivos dos últimos.
- 2- Defina o termo legal da falência, especificando como é fixado e qual a sua finalidade.
- 3- É admissível a denúncia da lide pela Administração a seus servidores, em ação que lhe é movida por responsabilidade decorrente do risco administrativo?
- 4- a critério do Juiz (n.º VIII, do art. 6º, da Lei n.º 8.078/90) poderá haver inversão do ônus da prova para a facilitação da defesa dos direitos do consumidor hipossuficiente. Sob o pálio do direito consumerista, qual o alcance do conceito de hipossuficiência?
- 5- Os membros do Ministério Público podem ser considerados agentes políticos, servidores públicos, agentes delegados, agentes honoríficos ou não se enquadram em nenhuma destas espécies de agentes públicos? Justifique.

2ª DISSERTAÇÃO:

Do roubo praticado com arma de brinquedo.

- 1 . Roubo. Conceito.
2. Roubo circunstanciado. O emprego de arma no cometimento do roubo. Circunstância objetiva ou subjetiva.
3. "Arma de brinquedo". Questão da tipicidade em caso de roubo praticado com arma de brinquedo. Aumento, ou não, da pena. Justificativas.
4. O emprego da arma de brinquedo na execução do roubo. O Código Penal e a Lei n.º 9.437, de 20.02.97. Incidência. Concursos de crimes.
5. A Súmula 174 do STJ. Cancelada, ou não?

PEÇA PRÁTICA 1

O candidato, na qualidade de Promotor de Justiça, deverá elaborar peça prática, requerimentos e demais manifestações cabíveis e oportunas, visando à avaliação de seus conhecimentos sobre Direito Processual Penal, levando em conta os dados abaixo:

Foi encaminhado ao Ministério Público inquérito policial concluído, onde apurado que R, no dia 30 de janeiro de 2.001, por volta das 14,00 horas, subtraiu para si uma bicicleta, pertencente a V, que a havia deixado estacionada sobre a calçada, em frente à sua residência, localizada na avenida São João, s/n, São Paulo.

Há no inquérito policial declarações da vítima V, que confirmou o furto, e depoimentos da testemunha T, que presenciou a subtração e que reconheceu R, o qual confessou a autoria, na presença de curador que lhe foi nomeado. A bicicleta, avaliada em R\$ 250,00, foi apreendida dez dias após em poder de R.

R possui 20 anos de idade, é primário e portador de bons antecedentes.

As seguintes dissertação e peça prática também foram objeto de sorteio (mas não foram sorteadas):

1ª DISSERTAÇÃO:

Dos crimes de Tortura.

1. Sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, modos e meios de execução.
2. Causas de aumento de pena.
3. O constrangimento ilegal, a ameaça, a lesão corporal leve e a figura típica da tortura. Absorção dos três primeiros crimes pelo último, ou convivência, sem atrito.
4. O regime inicial fechado previsto no art. 1º, § 7º, da Lei n.º 9.455, de 07.04.97, e a possibilidade, ou não, de concessão de "sursis".
5. Tortura e morte da vítima. Incidência do Código Penal e/ou da Lei Especial.

PEÇA PRÁTICA 2

O candidato, na qualidade de Promotor de Justiça, deverá elaborar peça prática, visando à avaliação de seus conhecimentos sobre Direito Processual Penal, levando em conta os dados abaixo:

R adquiriu, em 22 de dezembro de 2000, às 11,15 horas, no estabelecimento comercial de V, localizado na avenida São João, s/n, em Diadema, mercadorias e efetuou o pagamento, à vista, com um cheque de R\$ 80,00, de agência bancária localizada em São Paulo, onde movimentava conta-corrente. Depositado esse cheque por V em Diadema, o seu pagamento foi recusado pela agência bancária sacada, por insuficiência de fundos.

Processado R perante o Juízo da Comarca de Diadema, foi condenado às penas de um ano e dois meses de reclusão, no regime prisional inicial fechado, e de onze dias-multa, fixado o valor unitário no mínimo legal, como incurso no artigo 171, § 2º, inciso VI, do Código Penal. Foi-lhe negado o direito de apelar em liberdade.

A pena-base foi fixada no mínimo legal, sendo depois agravada, por força de reincidência comprovada por certidão cartorária.

Houve, no processo, confissão da autoria por R, que foi reconhecido pela vítima V, que o atendera, e por uma testemunha presencial, T (não contraditada), que trabalhava no estabelecimento comercial daquela. A vítima V não foi ressarcida do prejuízo que sofreu, no valor do cheque, que se encontra juntado aos autos.

Inconformado, R apelou, argüindo, através de seu Advogado, nas razões recursais, em preliminar, a nulidade da ação penal, por incompetência "ratione loci" (pelo lugar da infração) do Juízo de Diadema, argumentando que o foro competente é o do local onde se situa a agência bancária que recusou o pagamento do cheque (essa nulidade somente foi argüida nessa oportunidade). Pediu, também, a absolvição, alegando que as declarações da vítima V e os depoimentos da testemunha T não têm validade, porque a primeira tem interesse na sua condenação e a segunda, pelo fato dela trabalhar no estabelecimento comercial daquela, é suspeita, tendo restado apenas a confissão do mesmo, que, isolada, não é suficiente para embasar a condenação. Alternativamente, requereu o cancelamento da circunstância agravante da reincidência, porque não articulada na denúncia; com a conseqüente redução de pena, bem como concessão de benefícios cabíveis. R encontra-se preso e o recurso foi recebido pelo Juiz de primeiro grau.

Foi aberta vista dos autos ao Ministério Público, que não inter pôs recurso, para a manifestação cabível.